



PLANO DE TRABALHO 2020 – UNIDADE JD. BASSOLI

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – CENTRO DE CONVIVÊNCIA INCLUSIVO E INTERGERACIONAL

1. Identificação do serviço

- 1.1.** Serviço (objeto da parceria): Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional
- 1.2.** Quantidade de grupos solicitados: 17
- 1.3.** Abrangência: Noroeste – G8: Jd. Bassoli, Jd. São Bento

2. Identificação da organização da sociedade civil

- 2.1.** Nome da instituição: Projeto Gente Nova - Progen (SEDE)
- 2.2.** Nº do CNPJ da instituição: 54.129.002/0001-04
- 2.3.** Website oficial da instituição (ou rede social): <http://progen.org.br/>

3. Unidade Executora

- 3.1.** Nome da unidade executora: Progen Unidade IV – Jd. Bassoli
- 3.2.** Nº do CNPJ da unidade executora: 54.129.002/0001-04
- 3.3.** Endereço da unidade executora (com bairro e CEP): RUA: Salvador dos Santos nº 157
- 3.4.** Telefone da unidade executora (com DDD): Pq. Floresta III
- 3.5.** E-mail da unidade executora: progen@progen.org.br

3.6. Descrição da infraestrutura física existente na unidade executora:

O serviço realizado está dividido em três prédios separados, sendo um barracão com quatro salas e dois banheiros e duas casas, todos alugados. Ao todo utiliza-se de uma estrutura física a qual comporta sete salas (coordenação técnica, equipe técnica,

atendimentos, recepção, multiuso), uma sala/estoque de alimentos, uma sala dos educadores, cinco banheiros (dois banheiros para usuários, dois para funcionários e um banheiro em comum), uma sala multiuso, dois salões multiuso, duas cozinhas, duas lavanderias, um refeitório e uma área externa com jardim.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 06 a 14 anos possui atividades itinerantes ocorrendo em diferentes espaços da comunidade como as quadras poliesportivas, salões de festa dos condomínios e praças, para que o acesso seja garantido aos usuários, promovendo, assim, a convivência comunitária e familiar.

3.7. Descrição dos materiais, equipamentos e meios de transporte disponíveis para o serviço na unidade executora:

Barracão:

- 01 sala educadores e pedagogia equipada com mesa, cadeira, computador, diversos materiais educativos, artísticos, pedagógicos, prateleiras e armários, notebooks e projetor.
- 01 salão multiuso equipado com ventiladores, bebedouro, cadeiras, mesas e mesas de jogos.
- 1 sala coordenação técnica e administrativo com duas mesas, cadeiras, armários para arquivos e armazenamento de materiais administrativos e pedagógicos, computadores, telefones, impressora e ventilador.
- 1 sala de equipe técnica/atendimentos (psicologia e serviço social) com armário arquivo de prontuários, uma mesa, um computador, um sofá e um ventilador.
- 1 sala multiuso para atividades
- 1 banheiro para funcionários com privacidade, limpeza, equipados com instalações sanitárias adequadas;
- 2 banheiros para usuários com privacidade, limpeza, equipados com instalações sanitárias adequadas;

Casa-refeitório:

- 1 área externa coberta utilizada para refeitório com mesas, bancos, cadeiras e um bebedouro
- 1 sala de recepção com prateleiras para livros, cadeiras e um ventilador
- 1 sala atendimento/reuniões com cadeiras e ventilador
- 1 sala para estoque de alimentos com prateleiras e freezer.
- Cozinha equipada com geladeiras, um freezer, mesa e fogão industrial, de acordo com as exigências sanitárias.
- Fundo da residência: pia, lixos, um armário e tanque.
- 1 banheiro com iluminação, ventilação, conservação e privacidade para uso de funcionários.

Casa atividades CCII:

- Salão externo com armários para armazenamento de materiais pedagógicos e artísticos, mesas, cadeiras, ventiladores e bebedouro, utilizada para atividades
- Sala de recepção com sofás e um ventilador
- Sala equipe técnica/atendimento (psicologia e serviço social) com armário para arquivo de prontuários, três mesas, cadeiras, dois computadores e impressora
- Sala de informática com seis computadores, bancada, cadeiras e ventilador.
- Cozinha com uma geladeira, fogão industrial, mesa, pia e armários para armazenamento de materiais e utensílios de cozinha.
- 1 banheiro em comum (usuários e funcionários) com iluminação, ventilação, conservação e privacidade.
- Quintal com jardim utilizado para atividades.

4. Descrição da realidade objeto da parceria (diagnóstico social)

(em atenção ao disposto no art. 15, inciso I do Edital)

O município de Campinas, em 2019, consta com 1.204.073 habitantes, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019). Sua organização se dá

pela divisão em cinco regiões: Sul, Sudoeste, Norte, Noroeste e Leste,

Considerando todas estas regiões, é possível caracterizar de maneira geral a população residente no município, principalmente a que, segundo os dados que aqui serão apresentados, está mais exposta a vulnerabilidades sociais e riscos. O índice de desenvolvimento humano (IDHM) da cidade é Muito Alto, 0,805, segundo o *Atlas do Desenvolvimento Humano (2010)*. A dimensão que mais influencia este resultado é Longevidade (0,860), Renda (0,829) e Educação (0,731). Contudo, é importante que estes dados sejam complementados com outros, a fim de mensurar com maior aprofundamento a realidade do município.

Os dados da educação utilizados para o cálculo do IDHM consideram frequência escolar e/ou quantidade de anos cursados e concluídos pelas faixas-etárias, portanto, baseada em uma perspectiva mais quantitativa. Ainda assim, é possível perceber uma discrepância no acesso à educação de acordo com as faixas-etárias e raça/etnia. Nesse sentido, de acordo com o último Atlas do Desenvolvimento Humano (2010), a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 93,1 %, de 11 a 13 anos 87,2% estavam completando os últimos anos do ensino fundamental, já a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 53,2%, ou seja, quase metade desta faixa-etária não concluiu o ensino médio. Com relação à população adulta (25 anos ou mais) 31,3% têm o ensino fundamental incompleto, 48,72% possuíam ensino médio completo, e apenas 21,31% têm superior completo, sendo que no total 3,89% são analfabetos. Sendo assim, quanto maior a idade percebe-se um decréscimo do acesso à educação. Se acrescentarmos o fator raça à estes dados há maiores diferenças, são 2,6% de analfabetos brancos contra 6,8% de analfabetos negros, 27,1% de pessoas brancas com fundamental incompleto contra 41,5% de pessoas negras com fundamental incompleto, com relação ao ensino superior esta disparidade é ainda maior, sendo 27,3% da população branca com superior completo contra apenas 6,6% da população negra com superior completo.

Outra dimensão importante para o cálculo do IDHM é a renda. A média per capita municipal é de R\$1390,83, no entanto, é importante a complementação deste dado com o índice de desigualdade social que aponta para uma desigual distribuição de renda, sendo este 0,56 (GINI), o qual quanto mais próximo de 1 maior é. Novamente, ao considerar a

desagregação por cor maior é desigualdade, a renda média per capita da população negra municipal é de R\$735,52 enquanto da população branca é de R\$1696,00. Ainda entre a menor faixa de renda, até meio salário mínimo per capita, estão 14,36% da população municipal no total, sendo que são 24% pardos, 20% pretos e 12% brancos dos que estão nessa faixa (IBGE, 2010).

A realidade de Campinas se apresenta de forma contraditória e desigual também quando pormenorizamos alguns outros indicadores, focados em especificidades que configuram um contexto de vulnerabilidades sociais para parte da população. Seguindo a lógica de um olhar sobre a economia das famílias, percebe-se, especialmente em alguns bairros, que há muitas mães chefiando famílias, destas, 10,72% com filhos menores não têm fundamental completo. Considerando ainda as pessoas sem fundamental completo, 21,66% da faixa de 18 anos ou mais estão trabalhando em ocupações informais. Haja vista que estamos caracterizando indicadores de possíveis riscos aos quais esta população está exposta, acrescentamos aqui o dado de que, em 2010, 11,39% da população municipal estava vulnerável à pobreza e 2,30% das crianças eram extremamente pobres.

Nesse sentido, não podemos deixar de observar alguns dados com relação à violência e suas características, detalhando os tipos mais frequentes, quem são as maiores vítimas e seus aspectos, assim como, os principais autores em âmbito municipal, os quais apontam para necessidade de ações, não só no sentido do enfrentamento a este fenômeno, mas ao planejamento de estratégias de prevenção, dessa forma, os dados contribuem para o estabelecimento de intervenções mais efetivas. Para tanto, Campinas possui o recurso do Sistema de Notificação de Violências (SISNOV) que surgiu para registrar violências de notificação compulsória, mais tarde ampliou para notificação obrigatória de violências a partir da obrigatoriedade nacional. O Comitê Intersetorial e Interinstitucional elabora e publica um Boletim com a computação dos dados recolhidos no ano, o último boletim compreende os anos de 2013 a 2017 e foi publicado em 2018. O tipo de violência mais notificada neste boletim foram, consecutivamente, violência física (31,6%), violência sexual (19,1%), violência de negligência (17,3%) e tentativa de suicídio (17,3%), outro dado que chama atenção é que em 2017 ocorreram 95 notificações de trabalho infantil. Deve-se considerar, inclusive, a subnotificação destes dados, pois sabemos que não são

todas as situações de violência que chegam até os serviços públicos e que, por diversos motivos, mesmo as que chegam não são todas notificadas.

A maior parte dos autores destas violências são de conhecimento da vítima (76%), sinalizando um enfraquecimento problemático das relações familiares, domésticas, e/ou de contato com a rede próxima à vítima. Fazendo um recorte para crianças e adolescentes, percebe-se que 56,2% das vítimas são da faixa etária de 0 a 11 anos, já olhando para sexo constata-se que 58,1% das crianças e adolescentes que sofreram violência eram do sexo feminino.

A violência contra a mulher é outro indicador importante para contextualizarmos a realidade municipal. Em 2017 o Boletim do SISNOV deu destaque à esta categoria, já que foram muito expressivas as evidências, configurando o cenário grave de riscos recorrentes aos quais muitas mulheres estão expostas em níveis diversos, atingindo pontos extremos, como o feminicídio, expondo assim a necessidade de serviços preventivos e também especializados para o fortalecimento destas mulheres. O tipo de violência mais notificada contra as mulheres foi a violência física, com aumento para as tentativas de suicídio e de violência sexual, os dados são 396, 183 e 118 notificações respectivamente, sendo o autor cônjuge o maior violador, correspondendo a 39,7% das notificações. A violência contra a pessoa idosa também traz dados significativos, a faixa-etária mais atingida é de 60-69 anos, a violência mais frequente é negligência/abandono, configurando público prioritário do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Proteção Social Básica.

A região noroeste tem como principal via de acesso a Avenida John Boyd Dunlop, cortada por estradas rurais que fazem a conexão da região aos municípios da região metropolitana de Campinas. Os diferenciais da macrorregião noroeste são as principais rodovias que passam por ela: Rodovia Anhanguera e Bandeirantes, linha férrea, além do corredor metropolitano Noroeste, onde estão concentrados cerca de 70% dos usuários de transporte público do município, segundo site informações da Prefeitura Municipal de Campinas. (site da prefeitura)

De acordo com o Plano Municipal da Assistência Social de Campinas PMAS, a região possui cerca de 123.484 mil habitantes (11% da população campineira) . Abrange uma área de 65,64 km², segundo prefeitura Municipal de Campinas.

Todavia considerando os dados do Sistema de Registro de Nascimentos – SINASC (ainda PMAS), organizados por regiões administrativas da Assistência Social em Campinas, verifica-se que a região Noroeste ocupa a terceira posição com relação ao índice nascimentos em 2017, com 16,8%, o que sugere um considerável crescimento da população nesta região. Além da taxa de nascimento, a implementação de empreendimentos imobiliários populares na região Noroeste (a exemplo do Jardim Bassoli e Residencial Sirius) com objetivo de contemplar famílias que foram transferidas de áreas vulneráveis de Campinas nos indica que a região Noroeste possivelmente obteve crescimento populacional, em comparação aos dados do Censo 2010, quando a região Noroeste ocupava a última posição das cinco regiões.

Para a compreensão de como se desenvolveu a região, os dados históricos demonstram que a região Noroeste, assim como a região Oeste de Campinas, constituiu-se no desdobramento de um processo de expansão urbana, iniciado na década de 1940, a partir da região Sul da cidade. Foi com a instalação de um novo parque produtivo composto por fábricas, agro-indústrias e estabelecimentos nas proximidades das grandes rodovias: Anhanguera (1948) e Bandeirantes (1979); que estimulou a formação de um novo pólo de desenvolvimento econômico na região. Esta área passou a receber inúmeros habitantes que migraram para Campinas, atraídos por uma maior diversificação produtiva. Os novos bairros, originalmente formados sem auxílio de infraestrutura e saneamento básico, conquistaram maior urbanização entre as décadas de 1960 a 1990.

A região Noroeste apresenta questões significativas relacionadas à vulnerabilidade social, conforme dados publicados Plano Municipal da Assistência Social 2018-2021. Tal afirmação é verificada quando comparado os índices de Desenvolvimento Humano (IDHM) municipal em relação a região Noroeste e mais especificamente a micro-região do Campo Grande, onde estão localizados os bairros de abrangência do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos Progen Unidade IV.

Como supracitado, o IDHM municipal de acordo com o Censo 2010 é 0,805, mais uma vez, constatamos uma grande diferença entre as regiões de Campinas, visto que, conforme Diagnóstico Sócio-assistencial da Fundação Feac, a região leste apresenta o índice de 0,835 ocupando a primeira colocação, com índice acima do municipal, já na

região Noroeste o índice é de 0,717, abaixo do índice municipal.

Ainda segundo dados do Diagnóstico Sócio assistencial a renda per capita dos habitantes da região leste é de R\$ 2.007,43 e na Noroeste R\$ 752,54.

Ao analisar a relação proporcional da renda por montante de trabalhadores por região, a maior concentração dos mais pobres (sem renda ou com renda de 1 a 3 salários mínimos) está na região Noroeste, sendo 15,45% de habitantes/região vivendo com até 1 salário mínimo, 50,59% de 1 a 3 salários mínimos e 18,29% sem renda, segundo PMAS.

Outra fonte de dados que relata a situação econômica da população desta região são informações coletadas através do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), um importante instrumento de coleta de dados e informações, o qual possui o objetivo de identificar as famílias de baixa renda residentes nos municípios brasileiros. Ao verificar os dados do cadastro único é possível observar que, das cinco regiões, a Noroeste tem a menor renda média entre as famílias, compreendendo 17.234 famílias cadastradas (22,5%) e a média da renda declarada de R\$ 231.80 .

Tais contextos sociais e econômicos refletem negativamente nos índices de violências de diversos tipos, como: gênero, racial, contra criança e adolescente e idoso.

Interessante observar que esta violência, em geral, está relacionadas à vida, à pessoa. Mas ao se detalhar as tipologias dos homicídios e tentativas de homicídios, outros dados chamam a atenção: os crimes intencionais (dolosos) ocorrem primeiro na Noroeste (42), seguidos da Sudoeste (33), Norte (23), Sul (21) e Leste (18). Já os homicídios sem intenção de matar (culposos) deram-se, primeiramente, na região Norte (35), seguidos pela Sudoeste e Leste (ambas com 23), Sul 20 e Noroeste (11), com amplo destaque para os causados por acidentes de trânsito. Ou seja, o fato de ser ou não intencional suscita a necessidade de estudos de elementos significativos para a compreensão das motivações que geraram tais crimes. Quanto aos registros do Sistema de Notificação de Violências - SISNOV/ Sistema de Informação de Agravos de Notificação – SINAN, a maioria das ocorrências registradas apontou que as violências deram-se, principalmente, no âmbito doméstico e, em segundo lugar, nas vias públicas. Vale destacar que, nas vias públicas, a região de maior ocorrência é a Noroeste (15,6%), seguida da Sudoeste (13,4%), Sul, 13,1%,

A violência na periferia do município atinge diretamente a população negra, uma

vez que sofre consequências de um processo histórico, considerando que acessa menos a escola, vive menos, tem renda inferior. Considerando os dados do SINASC apresentados no estudo completo publicado no site da Vigilância, há maior concentração da população parda/negra na região Noroeste.

Nas informações obtidas pelos Boletins de Ocorrências entre 2014 a 2017, foram registrados no município 572 homicídio dolosos, sendo 119 na região noroeste. Destes crimes 82% das vítimas foram homens, 10% mulheres e a maioria dos casos envolvem a população jovem (18 a 29 anos), conforme Diagnóstico Sociassistencial FEAC.

Considerando que a informação sobre raça é autodeclarante, não é possível mensurar entre estes homicídios a questão racial, mas ao considerar que nesta região a maioria dos habitantes são negros, sugere-se que a população negra é a que está mais exposta nesse sentido.

A violência também atinge demais públicos que, além da vulnerabilidade econômica e racial, enfrentam questões limitantes como o caso dos idosos e pessoas com deficiência. Destacamos a população idosa com 10.555 idosos estão localizados na região Noroeste e 3.562 nas áreas vulneráveis da região.

O público de pessoas com deficiência de Campinas, 5.899 pessoas estão cadastradas, e deste montante 17% localizadas na região Noroeste.

A região com 46.014 habitantes residentes nas áreas mais vulneráveis na região noroeste, 55% são mulheres e 45% homens. Mais um dado que demonstra a fragilidade deste público-alvo, uma vez que são mulheres, negros e pobres.

Nossa atuação acontece mais especificamente na região do Campo Grande, localizada no extremo da Avenida John Boyd Dunlop na região Noroeste. Conforme se avança na região, mais periféricas são as comunidades, sendo que a distância dos bairros mais afastados é estimada em 29 km da centralidade urbana do município.

A região, marcada por extrema desigualdade social, ainda é lugar de muitos depósitos de resíduos sólidos do município, sendo que é no Campo Grande que se encontra o “Lixão da Pirelli” que, embora desativado, segundo dados do Relatório de Informações Sociais de Campinas (RIS, 2016), o solo ainda é contaminado (Faria, 2012). O mesmo acontece com o complexo Delta que, ainda ativo, é o único aterro sanitário em operação em

Campinas. Além disso, a região do Campo Grande abriga o Residencial São Luiz, considerado o bairro mais populoso de Campinas com uma média de habitação por área dez vezes superior à média municipal.

O Campo Grande ainda conta com diversas unidades habitacionais, como é o caso do Conjunto Habitacional Parque Floresta e o Conjunto Residencial Parque São Bento. Ainda, é importante salientar que a região Noroeste, mais especificamente na região que estamos vinculados, é a que comporta o maior número de unidades habitacionais do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), considerado atualmente em 5 mil unidades entre o Residencial Sirius e o Residencial Jardim Bassoli (RIS, 2016). Por ser uma região que esteve em um processo de expansão imobiliária desde 2009, foi no ano de 2012 que milhares de famílias foram removidas em áreas consideradas como de risco para o Jardim Bassoli, que acarretou diversas mudanças ao território com a chegada de muitos novos moradores e pouca infraestrutura habitacional.

Historicamente, de acordo com o Relatório de Informações Sociais de Campinas de 2016, a região Noroeste é a que apresenta o menor número de espaços públicos de atendimento à criança, adolescente, jovem, adulto, idoso e famílias em situações de vulnerabilidade e risco social e pessoal, além de apresentar o menor número de equipamentos públicos em geral de todas as cinco macrorregiões.

No que se refere ao conceito de vulnerabilidade social, a região Noroeste apresenta dados extremamente significativos, conforme é apontado a partir da publicação do Plano Municipal de Assistência Social (2018 - 2021). O IDHM, de acordo com o documento, é indicador fundamental quando comparamos Campinas em relação à região Noroeste, estimada em uma média de 0,72 - já menor do que a média municipal, mas, principalmente, quando comparado com a micro região do Campo Grande, 0,71.

Quando nos aproximamos da realidade do Jardim Bassoli - lugar de principal atuação deste Serviço a partir do levantamento realizado pela equipe de referência sobre o perfil do território -, o IDHM fica ainda mais distante: o Jardim Bassoli apresenta um valor estimado em 6,9, bem mais distante da média municipal de Campinas. O micro território em questão reflete a característica da região do Campo Grande, que é marcada por grandes áreas adensadas e cerca de terras ociosas, além da falta de planejamento urbano que possibilitou

o surgimento de muitas áreas de ocupação, conferindo à região um dos maiores índices de favelização do município (PMC, 2007).

A concentração do comércio acontece ao longo da avenida John Boyd Dunlop, o que não corresponde à variedade necessária para o desenvolvimento de atividades de geração de renda que sustentem e fortaleçam o suporte à comunidade local dos bairros no entorno da região do Campo Grande. Segundo informações do Plano Local de Gestão (PMC, 2007). Essa situação acaba acarretando grandes impactos na vida das pessoas que, longe dos centros urbanos, precisam se deslocar da periferia, muitas vezes, em busca de meios de sobrevivência, seja para o desenvolvimento comercial para o trabalho ou para o acesso de serviços públicos.

Essa questão é de extrema importância, principalmente ao considerarmos o Jardim Bassoli, que se encontra no extremo da região do Campo Grande. As pessoas que vivem nessas condições acabam por sofrer os impactos estruturais de uma política que não conta com mobilidade e transporte que possibilite o acesso mais facilitado à área central, ou até mesmo, se considerarmos as características socioeconômicas da população que, muitas vezes, não há renda para acessar o que é de direito, conforme consta o Plano Local de Gestão (2007) e os documentos institucionais da presente Organização da Sociedade Civil, conforme veremos mais adiante.

O Progen atua há 35 anos no território da região Noroeste, sendo que está vinculado ao Jardim Bassoli mais especificamente há 6 anos. Em consonância com o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tem como diretriz no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos 06 a 14 anos a contribuição no fortalecimento da luta pela garantia de direitos, entendendo a Proteção Social Básica como aquela que previne situações de risco e atue na direção de desenvolvimento humano, se utilizando da convivência como possibilidade de superação das demandas (PNAS, 2004).

Como estamos no território do Jardim Bassoli, é de extrema importância dizer que não existem dados oficiais da realidade em questão, já que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realiza o levantamento nacional de dados a cada 10 anos, sendo o último realizado em 2010. Aqui, entendemos a ausência de dados também como um dado relevante para a leitura crítica da presente realidade.

O Progen iniciou suas atividades com as crianças, adolescentes, famílias e comunidade em outubro de 2013, que consta com uma meta de 240 crianças e adolescentes. De acordo com o documento institucional chamado *Perfil* (2018), onde realizamos a cada dois anos a identificação da comunidade em que estamos atuando através de indicadores, podemos apresentar algumas informações que muito dizem sobre o impacto das condições concretas na vida da população que ocupa esse lugar. A unidade em questão atende além do Jardim Bassoli, os bairros Parque Floresta I, II, III e o Conjunto Habitacional São Bento e, apesar da OSC se situar no bairro Parque Floresta III, o levantamento dos dados relacionados aos participantes apontam que a maioria da população que participa das atividades é do Jardim Bassoli, considerada 92,5 %, enquanto o Parque Floresta I, II e III corresponde a 5% e o Conjunto Habitacional São Bento a 2,5 %. O Parque Floresta, por ser o primeiro bairro deste território, conta com uma maior infraestrutura de serviços públicos e, acaba atendendo as demandas do Jardim Bassoli, como é o caso, por exemplo, do Centro de Saúde Parque Floresta. O Jardim Bassoli não possui rede própria de atendimento, nem na saúde e nem na rede de educação, que são direitos universais, sendo que a referência de porta de entrada da Política de Assistência Social deste território acaba por ser o DAS, já que o CRAS São Luis só atende o público do Parque Floresta e do Conjunto Habitacional São Bento.

O Jardim Bassoli é um empreendimento imobiliário do Programa Minha Casa Minha Vida formado por 19 condomínios, 119 blocos e 2.380 apartamentos. No que se refere ao SCFV Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional, o documento institucional *Perfil* (2018) aponta que 39% dos usuários tem de 0 a 6 anos, sendo 109 do sexo masculino e 94 do sexo feminino totalizando 203 usuários com essa faixa etária. Esse total refere-se às crianças inseridas no Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional - CCII, que também estão cadastradas no Projeto Viva Leite. Entre a faixa etária de 6 a 11 anos, totaliza 6%, sendo 17 do sexo masculino e 18 do sexo feminino; por conseguinte, a idade entre 12 a 14 anos, não se evidencia em quantidade significativa no Perfil, uma vez que o Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional não oferece atividades para essa faixa-etária porém, vale ressaltar que essas atividades são contempladas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos- SCFV de 06 a 14 anos. A idade a partir de 15 a

17 anos contempla 4% da faixa-etária dos usuários, sendo 12 do sexo masculino e 11 do sexo feminino, totalizando 23 usuários. Esse número refere-se aos adolescentes que participam das atividades oferecidas pelo CCII, muitos adolescentes que participam das atividades oferecidas pelo SCFV 06 a 14 anos ao completarem 15 anos de idade, são transferidos para o Centro de Convivência e outros adolescentes são inseridos através de demanda espontânea. Referente à faixa etária entre 18 a 24 anos, a soma total é de 8%, sendo 3, do sexo masculino e 39 do sexo feminino. Sendo assim, os dados constatarem que, o sexo feminino tem maior aderência no Serviço que o sexo masculino, essa mesma observação se estende a faixa-etária referente 25 a 29 anos, que ocupa 40% dos usuários inseridos nesse no serviço, tratando-se de 8 do sexo masculino e 202 do sexo feminino. Dentre os usuários, com idade acima de 60 anos, a soma é de 2%, totalizando 10 do sexo feminino e 0 do sexo masculino.

Em relação à escolaridade, 2,8% dos usuários do gênero feminino, não são alfabetizados, sobre a não alfabetização do gênero masculino não consta informações; em referência a educação infantil, 44,2%, do sexo masculino e 47% do sexo feminino estão inseridos na escola; 7,1% do gênero masculino possuem o ensino fundamental incompleto e o gênero feminino 20,7%; já no fundamental completo (masculino) 8,5%, 35,7% (feminino). Os usuários que possuem o ensino médio incompleto estão representados em 2,8% (masculino) e 42,8% (feminino). É importante ressaltar, que 108 usuários refere-se às crianças de 0 a 06 anos que não estão matriculadas na educação infantil.

Em relação à situação de trabalho dos usuários adultos, percebe-se que 58% estão desempregados; 16,5% declaram serem "do lar"; 15% estão em trabalho informal; 8%

em trabalho formal; 1% aposentados e 0,5% recebendo auxílio doença. Perante este cenário econômico e social, há 4,8 milhões de brasileiros que desistiram de procurar emprego, chamados de desalentados e segundo IBGE é o maior índice desde 2016, quando iniciou esta pesquisa. Segundo informações da economista, pesquisadora do IPEA, Joana Mostafa, as mulheres são as que menos representam a população que possuem o vínculo empregatício, portanto estão menos protegidas socialmente com os benefícios da Previdência Social. Apenas 57% das mulheres estão protegidas contra 80% dos homens.

As informações acima validam os dados referentes à renda familiar, que apontam que 70% das famílias atendidas tem a renda inferior ao salário mínimo, sendo que existem famílias que não possuem renda e sobrevivem com recursos apenas do Bolsa Família. As famílias que recebem até dois salários mínimo representam 20%. Sem informação, 6%. Apenas 2,5%, recebem até três salários mínimos. Percebe-se também que a maioria das famílias sobrevive dos benefícios em condições precárias que não possuem condições até mesmo para buscarem por oportunidades no mercado de trabalho, devido ao valor do transporte público e a distância do território aos centros comerciais e industriais. O Bolsa família, uma renda que iniciou com o objetivo de complementar a renda familiar, passou a ser a única renda da família e tempo mais longo, considerando que a situação de desemprego se prolonga cada vez mais.

Hoje, podemos afirmar que sobre as situações prioritárias vivenciadas, 100% dos usuários e usuárias sofrem com os impactos da negligência do Estado, já que o território carece de espaços que seriam importantes como efetivação de direitos garantidos, como saúde e educação - direitos universais - além da ausência de um Centro de Referência de Assistência Social, porta de entrada da política de Assistência Social. O Progen acaba sendo o único dispositivo de Proteção Social Básica tipificado nesta região; somando ainda a negligência familiar de 7% dos usuários e Violência de gênero, 5% dos usuários.

A tipificação do SCFV prevê a inserção de usuários em situações prioritárias, apenas a Negligência do Estado foi incluída entre as situações identificadas pelo serviço. Consideramos que a violência é composta por diversos fatores que vão além das apresentadas no âmbito familiar, a falta de equipamentos e ações de políticas públicas no território é aqui considerada Negligência do Estado. A questão é descrita no Diagnóstico do território (PROGEN, 2018). Com relação às demais violências, importante salientar que apenas foram mantidas as violências identificadas. Sabemos que muitas outras já tiveram o ciclo de violência interrompido e/ou não foi identificado pelo serviço.

Segundo dados do Sistema de Notificação de Violência (SISNOV) apresentados no último relatório, há concentração maior de notificações de violência para a região Noroeste em todas as faixas etárias. Desde 2009, somente em 2012 a região Sul apresentou uma pequena proporção a mais.

No ano de 2016 o Distrito Noroeste as notificações de violência com residentes desta região foi duas vezes maior que a proporção para todo município de Campinas neste ano. Por outro lado, um fator relacionado é o fato de ser a região que mais se concentra equipamentos públicos e OSCS para o atendimento a população e notificação, contudo insuficientes para atender a demandas do território.

Dados SISNOV de 2016, referente a violência contra mulher adulta - Violência de Género é crescente desde 2009 a 2016, em todas as faixas etárias até aos 59 anos, e os tipos de violências são: em primeiro lugar violência física seguidos de tentativas de suicídio, sexual, psicológica/moral e negligência e entre os principais autores de violência contra a mulheres estão os cônjuges. O suicídio é outro dado que se deve atentar é um grande número de tentativa de suicídio, ato de violência muitas vezes recorrente de outras já sofridas.

A maior parte dos dados constantes neste documento são retratos da sociedade atual, onde a figura feminina é a única responsável pela educação dos filhos e sustento do lar. São atribuições que juntamente com a vulnerabilidade social e econômica destas famílias, contribuem para o aumento da violência intrafamiliar.

Ainda segundo dados do Boletim SISNOV de 2016, no município de Campinas os pais aparecem em primeiro lugar como autores das agressões contra crianças e adolescente, e em destaque a genitora como maior índice com relação ao genitor.

O abandono paterno é recorrente, segundo os relatos dos responsáveis usuários do Progen, são mulheres que não tem o apoio financeira e tão pouco afetivo dos genitores.

Diante do todo exposto, o SCFV do Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional, conforme prevê sua própria definição, tem como objetivo fortalecer as relações familiares e comunitárias, além de promover a integração e a troca de experiências entre os participantes, valorizando o sentido de vida coletiva. O serviço possui um caráter preventivo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades dos usuários. Nesse sentido, ao se tratar de pessoas que estão situadas em um contexto de alta vulnerabilidade, é necessário considerar que ao falar do território em questão, devemos considerar.

famílias e indivíduos com perda ou fragilidade de vínculos de afetividade, pertencimento e sociabilidade; ciclos de vida; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; desvantagem pessoal resultante de deficiências; exclusão pela pobreza, e, ou, no acesso às demais políticas públicas; uso de substâncias psicoativas; diferentes formas de violência advinda do núcleo familiar, grupos e indivíduos; inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho formal e informal; estratégias e alternativas diferenciadas de sobrevivência que podem representar risco pessoal e social (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome [MDS], 2005, pg. 33 apud Hüning e Scisleski, 2018).

A Política Nacional de Assistência Social surge como materialização de diretrizes universais anunciadas pelo Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na busca de uma proteção real e integral à população que dela necessita. Assim, entendemos a urgência de continuidade do que já vem sendo proposto há 06 anos, para que possamos ampliar a superação do cotidiano adverso em nossas ações previstas pela organização dessa política pública e social.

Referências

Boletim SISNOV, 2017.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria. Secretaria Nacional de Assistência Social. Política Nacional de Assistência Social, 2004.

Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Planejamento e Meio Ambiente. Plano Local de Gestão, 2007.

Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos. Plano Municipal da Assistência Social, 2016-2021.

Campinas. Prefeitura Municipal de Campinas. Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos. Relatório de Informações Sociais do Município de Campinas, 2016.

Faria, Bruna. A influência das áreas de disposição de resíduos sólidos da cidade de Campinas, SP na qualidade das águas: Determinação de metais empregando a fluorescência de Raios X por reflexão total com radiação Síncrotron. 2012. 221. Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo - Unicamp, Campinas.

Fundação FEAC. Diagnóstico Sócioterritorial. Ed. 2017. Campinas / SP

Guzzo, Raquel Souza Lobo; Euzebios Filho, Antonio. Desigualdade social e sistema educacional brasileiro: a urgência da educação emancipadora. Escritos educ., Ibirité, v. 4, n. 2, p. 39-48, dez. 2005

IBGE. Censo 2010. Disponível em: <<https://censo2010.ibge.gov.br/>> . Acesso em: 27 de novembro de 2019

Narvaz, Martha; Koller, Sílvia. Famílias e patriarcado: Da prescrição normativa à subversão criativa. Psicologia & Sociedade, Rio Grande do Sul. 18 (1), 49-55, janeiro, 2006.

PNUD. Atlas do Desenvolvimento Humano. Disponível em: <www.campinas.sp.gov.br> . Acesso em 29 de novembro de 2019

Progen, Projeto Gente Nova. Perfil das famílias atendidas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Campinas, SP. 2019.

5. Público-alvo: Crianças, Adolescentes, Jovens, Adultos, Idosos

6. Descrição das estratégias metodológicas, da periodicidade, das metas a serem atingidas e das estratégias de avaliação para cada atividade a ser executada.

(a listagem de atividades está disponível no Anexo I deste Edital)

Atividade 1	Atividades de busca ativa
Descrição	A busca ativa na Política de Assistência Social é uma estratégia de fazer com que o serviço chegue até as famílias, uma vez que segundo a PNAS (Brasil, 2004, p.40) “a matricialidade sociofamiliar se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social”. Vela destacar que esta é uma ação exclusiva do CRAS, uma vez que este é a porta de entrada para o SCFV no município conforme Tipificação dos Serviços Socioassistenciais. Como dito anteriormente, não temos um CRAS no microterritório e o Progen é o único equipamento de Proteção Social Básica de referência para esta comunidade. No Progen, desenvolvemos todo trabalho através de estratégias metodológicas, baseadas na Educação não formal, com práticas que se efetivam através de passos metodológicos que se complementam, interagem e integram através de atividades socioeducativas. Temos como foco fortalecer os vínculos familiares e comunitários com a ação dos profissionais de diferentes áreas do conhecimento visando a possibilidade do desenvolvimento integral da criança, adolescente, jovem, adulto e idoso e seus familiares. Realizando o atendimento/acompanhamento social, psicológico, pedagógico e também de coordenação técnica/geral dos participantes e seus familiares, procuramos fortalecer e potencializar o reconhecimento dos participantes como cidadão de direito, propiciar o acesso no SCFV e garantir a vinculação no sistema SIGM viabilizando também o acesso aos serviços, benefícios socioassistenciais, bem como a inclusão e acompanhamento dos participantes, nas atividades do Centro de Convivência Inclusivo e Intergeracional, organizados em grupos de até 30

	inscritos, participando das atividades semanalmente. Como ações de busca ativa podemos destacar: o acompanhamento da presença e participação das atividades, a articulação com a rede de proteção a fim de garantir aos participantes o acesso aos serviços, benefícios, e sua inclusão no sistema de Cadastro único do município (SIGM). Para a realização da busca ativa, a equipe técnica (assistente social, psicólogo, pedagoga) realiza atendimentos individuais, visita domiciliar, contatos telefônicos, encaminhamento de relatório para os órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente SGDCA, dentre outras ações. Vale dizer que tais ações são de extrema importância para o trabalho de prevenção às situações de risco e vulnerabilidades.
Periodicidade	Diária
Meta	Manutenção da meta cofinanciada (510 participantes).O registro se dará por meio do SIGM, que também é um indicador de verificação da meta e de promoção progressiva do acesso destes à direitos e à política socioassistencial.
Avaliação	Todo processo de avaliação é realizado com a participação dos participantes e famílias. No caso das ações de busca ativa, temos como meio de verificação o cumprimento da meta de atendimento através das listas de presença, participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos nas atividades, participação das famílias no processo de construção e planejamento das atividades, planejamento das equipes, documentos e instrumentais construídos ao longo do ano.

Atividade 2	Acolhida individual
Descrição	É imprescindível que os profissionais que atuam no CCII tenham a compreensão de que os participantesque chegam ao serviço usufruem do seu direito à assistência social, assegurado pela Constituição Federal de

	1988 e regulamentado por leis e normativas específicas dessa política pública. De acordo com o Passo 1 das Estratégias Metodológicas: Aprender a ser e conviver, realizamos acolhida diária das crianças e adolescentes, sendo esta realizada por toda equipe de profissionais (educadores, equipe técnica, equipe de cozinha e equipe de limpeza) ofertando um espaço de garantia de direitos, acolhedor, organizado, bem como oferecemos a alimentação (lanche da manhã, almoço, lanche da tarde); roda de conversa com temas do cotidiano, voltados para direitos de cidadania e fortalecimentos de vínculos; atividades dirigidas e lúdicas propiciando o direito do brincar, de conviver, de explorar conhecimentos, utilizando o espaço da OSC e comunidade. A acolhida dos participantes no SCFV é sempre um momento integrador, criativo e ético, considerando que alguns dos participantes que chegam ao SCFV estão em condição de vulnerabilidade e/ou risco e por esta razão a equipe se mantém atenta para acolher e realizar os encaminhamentos necessários. De acordo com o Passo 1 das Estratégias Metodológicas - Aprender a ser e conviver: realizamos acolhida diária das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, sendo esta realizada por toda equipe de profissionais (educadores, equipe técnica, equipe de cozinha e equipe de limpeza) ofertando um espaço de garantia de direitos, acolhedor, organizado, bem como oferecemos a alimentação (lanche da manhã e lanche da tarde); roda de conversa com temas do cotidiano, voltados para direitos de cidadania e fortalecimentos de vínculos; atividades dirigidas e lúdicas propiciando o direito do brincar, de conviver, de explorar conhecimentos, utilizando o espaço da OSC e comunidade. A acolhida dos participantes no CCII é sempre um momento integrador, criativo e ético, considerando que alguns dos participantes que chegam ao SCFV estão em condição de vulnerabilidade e/ou risco e por esta razão a
--	--

	equipe se mantém atenta para acolher e realizar os encaminhamentos necessários. <i>Passo 2 - Aprender a fazer e conviver: através do desenvolvimento de atividades, identificadas a partir da realidade do território, que estimulem e fortaleçam vínculos familiares e comunitários.</i> <i>Passo 3 - Convivência social e familiar: encontros mensais, grupos reflexivos, rodas de conversa, atendimentos e orientação para fortalecimento de vínculos familiares, sociais e comunitários.</i> <i>Passo 4 - Ações de Participação: Eventos, atividades culturais e comunitárias, participação em mobilizações (cortejos) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário.</i> <i>Passo 5 - Orientação para Projeto de Vida. Oportunidade do adolescente e jovem rever e sintetizar os conhecimentos e valores adquiridos ao longo de todo processo socioeducativo</i> <i>Passo 6 - Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços. Reunião com a rede de proteção do micro território para discussões de casos, participação em reuniões no CMDCA/CMAS/CMI, com escolas, CRAS/CREAS, articulação com a rede e Sistema de Garantia de Direitos. Vinculação dos usuários no SIGM e SISNOV.</i> Sendo assim o acolhimento individual é uma ação fundamental a qual inicia a relação com o usuário, desde a recepção dos mesmos até o atendimento individual, ou quando este está incluído nas rodas. Envolve a recepção, a escuta, o diálogo e a condução para atendimento quando necessário. O afeto é uma das dimensões fundamentais desta ação, no entanto, não se trata de um afeto não refletido, mas pensado dentro do âmbito técnico, pois é fator importante para estabelecimento de vínculos que promovam a abertura necessária para iniciar o atendimento, acompanhamento, as intervenções mais pontuais ou a inclusão nas
--	--

	atividades e rodas, sobretudo, a efetividade das ações socioeducativas, psicossociais e a influência destas nos usuários e famílias só são possíveis dependendo da qualidade dos vínculos afetivos. Segundo Sawaia (2009) citada por Berezoschi (2018) as afetações no corpo humano podem potencializar ou inibir a força de existir, portanto, a ação e o pensamento estão intrinsicamente relacionados à capacidade do corpo de ser afetado, nesse sentido, dependendo da qualidade do afeto é possível mobilizar, viabilizar a construção do conhecimento e criar redes interpessoais e institucionais de suporte. Referência: MUSHA, Elisa Harumi; BEREZOSCHI, Juliana. O lugar do singular no comum: experiências afetivas em movimentos sociais. em Afeto e Comum: experiências sobre a práxis psicossocial, Bader B. Sawaia, Renan Albuquerque e Flávia R. Busarello (orgs.), São Paulo: EDUA, 2018.
Periodicidade	Diária
Meta	Possibilitar aos 510 participantes do CCII educar-se para a vida, descobrindo-se como sujeito de direitos e deveres; conscientizando-se de que é possível aprender a conviver com os outros, base socioeducativa do Plano de Trabalho. As rodas de conversas, encontros com o grupo familiar há espaços direcionados para que depositem sugestões e críticas, a avaliação é um momento previsto em todas as intervenções. Mensalmente são realizadas avaliações com os usuários sobre os temas das rodas de conversas e atividades desenvolvidas no mês anterior, quando são coletadas sugestões, críticas para subsidiar o planejamento do mês subsequente. Além disso, estas informações também são coletadas por meio de atendimentos, acolhimentos, atividades em grupo como reuniões, encontros e assembléias. Ainda há a aplicação do instrumental de avaliação

	anual de todos os setores de funcionamento do serviço, bem como a atuação dos profissionais. Os resultados são analisados, estruturados em um relatório quantitativo e qualitativo, discutido em equipe e devolvido para o coletivo.
Avaliação	O processo de avaliação se dá através da participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias diariamente através das ações e atividades executadas na OSC. Como meios de verificação são utilizados os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que são aplicadas de forma escrita anualmente, registros em prontuários e relatórios que servem como ferramenta de planejamento de nossas ações.

Atividade 3	Acolhida em grupo
Descrição	Conforme Orientações para Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, os grupos são formados por até 30 participantes, geralmente, reunidos conforme o seu ciclo de vida, sob a condução do educador social, sendo que possui especificidades e desafios relacionados a cada estágio da vida dos indivíduos. No Progen Unidade Jardim Bassoli, acolhida em grupo acontece diariamente, seguindo o mesmo conceito do Passo 1 das Estratégias Metodológicas: Aprender a ser e conviver. Nesta ocasião desenvolvemos as rodas de conversas temáticas com assuntos do cotidiano, com o objetivo de fortalecer os vínculos familiares e comunitários, sendo um espaço de diálogo e interação, ampliando suas percepções sobre si e sobre o outro, bem como abordando seus direitos e deveres enquanto cidadãos. A roda de conversa visa possibilitar aos 510 participantes do CCII educar-se para a vida, descobrindo-se como sujeito de direitos e deveres; conscientizando-se de que é possível aprender a conviver com os outros, base socioeducativa do Plano de Trabalho.

	Referência: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Secretaria Nacional de Assistência Social – SNAS. Caderno de Orientações: Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Brasília: MDS, 2016.
Periodicidade	Diária
Meta	510 participantes do CCII.O registro no SIGM é um indicador de verificação da meta.
Avaliação	Este processo é realizado diariamente, com a participação das crianças e adolescentes em grupos ou individual, de acordo com o interesse dos participantes. Como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente, registros em prontuários e relatórios que é uma fonte de recurso para o planejamento desta ação sendo conduzida diariamente pela equipe de educadores, pedagoga, psicóloga e coordenação técnica. Por meio da escuta, rodas de conversas, encontros com o grupo familiar, há espaços direcionados para que depositem sugestões e críticas, a avaliação é um momento previsto em todas as intervenções. Mensalmente são realizadas avaliações com os usuários sobre os temas das rodas de conversas e atividades desenvolvidas no mês anterior, quando são coletadas sugestões, críticas para subsidiar o planejamento do mês subsequente. Além disso, estas informações também são coletadas por meio de atendimentos, acolhimentos, atividades em grupo como reuniões, encontros e assembléias. Ainda há a aplicação do instrumental de avaliação anual de todos os setores de funcionamento do serviço, bem como a atuação dos profissionais. Os resultados são analisados, estruturados em um relatório quantitativo e qualitativo, discutido em equipe e devolvido ao coletivo.

Atividade 4	Estudo social
Descrição	O Estudo Social faz parte do diagnóstico socioeconômico, que é um processo metodológico específico, que tem por finalidade conhecer com profundidade, e de forma crítica, uma determinada situação ou expressão da questão social objeto da intervenção profissional. É um instrumento importante para o trabalho realizado com as famílias, uma vez que através dele conseguimos identificar o público prioritário e realizar os encaminhamentos necessários de acordo com as estratégias metodológicas. Este processo se dá através da inclusão da família no serviço e com a vinculação desta no SIGM. Os profissionais do Serviço Social são responsáveis por esta ação que também faz parte da acolhida e acompanhamento familiar. Realizamos no momento da inclusão o preenchimento de um formulário contendo informações necessárias para o acompanhamento das famílias no SCFV, posteriormente são organizados prontuários por participantes. Tal ação é de extrema importância para o fortalecimento dos vínculos, levantamento de estratégias de atendimento e encaminhamentos para os serviços e benefícios socioassistenciais
Periodicidade	Diária.
Meta	O estudo social é realizado para os 510 participantes do CCII. O registro no SIGM é um indicador de verificação da meta.
Avaliação	A avaliação é realizada através da participação das crianças e adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias nas atividades desenvolvidas e grupos de convivência, bem como através do acompanhamento realizado pela equipe técnica e encaminhamentos para a rede de proteção. Destacamos que também é elaborado pelas unidades do Progen um documento para identificar o perfil dos participantes e famílias atendidas

	no CCII, que serve como instrumento e banco de dados para o planejamento de nossas ações e contribuição, articulação com outras políticas no microterritório.
--	---

Atividade 5	Visita domiciliar
Descrição	A visita é uma estratégia para uma observação sistemática da realidade dos participantes do CCII considerando a matricialidade sóciofamiliar, contribuindo com maiores elementos para a equipe de trabalho que realiza o acompanhamento da família em uma visão ampla, considerando que as situações de risco e vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias não se encerram na individualidade ou sanam nas atividades. Por isso as visitas são moldadas sobre a perspectiva do acompanhamento onde a captação de informações são mais evidentes do que no atendimento na unidade executora, assim contemplando novas estratégias para o desenvolvimento do participante do serviço em consonância com o Passo 3: Convivência social e familiar, que abrange as estratégias metodológicas como orientações que fortalecem as ações sociais e comunitárias, focando que a maioria de nossos participantes enquadram-se no grupo prioritário. Vale destacar que a visita domiciliar também é um instrumental de extrema importância para fortalecimento dos vínculos, aproximação da realidade e tal ação é conduzida pelo profissional de Serviço Social e Psicologia, para levantamento de estratégias de atendimento, encaminhamento para rede de proteção e vinculação com as famílias no processo de acompanhamento. Referência: SOMER, Diana G.; MOURA, Reidy R. de. Visita domiciliar, instrumento que potencializa a atuação do Assistente Social. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XVII, n. 123, abr 2014. Disponível em: < http://ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14704>. Acesso em 02 de novembro 2019.

Periodicidade	Semanal
Meta	Realização de visita domiciliar para 510 participantes do CCII durante a execução deste Plano.
Avaliação	O processo de avaliação se dá através dos encaminhamentos realizados, registros nos prontuários, vinculação com os participantes e famílias e articulação com a rede socioassistencial.

Atividade 6	Orientações individuais
Descrição	Um dos objetivos do SCFV é estimular o protagonismo, através do acesso à informação sobre direitos de cidadania, sendo assim, a equipe: Educadores, Serviço Social, Pedagogia, Psicologia realizam através do atendimento diário, orientações de cunho protetivo que visa compreender a singularidade de cada participante em seu contexto global e a partir delas trazer reflexões acerca do entendimento de cada caso, para a construção de vínculos e até mesmo de uma clareza no âmbito social e coletivo. Destacamos que o trabalho social desenvolvido no SCFV deve respeitar os eixos estabelecidos através das Orientações para o SCFV, emitidos pelo Ministério de Desenvolvimento Social - MDS: Eixo Convivência Social; Eixo direito de ser; Eixo participação. Com os participantes do CCII as orientações acontecem diariamente através das atividades socioeducativas, no momento das refeições e em situações em que os educadores identificam demandas para orientações. Com as famílias, a equipe técnica realiza as orientações através dos atendimentos individuais, estudo social, visitas, dentre outros e todos com o objetivo de fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.
Periodicidade	Diária
Meta	Atendimento para 510 participantes do CCII.
Avaliação	Tal processo se dá através da participação das crianças, adolescentes e famílias no SCFV - CCII. Protagonismo dos participantes do CCII em relação às ações e atividades, acompanhamento da equipe, formulários de

	avaliação preenchida pelos participantes e famílias, relatórios e registros como fonte de recurso para planejamento de nossas ações.
--	--

Atividade 7	Orientações grupais
Descrição	Como dito anteriormente, os participantes do SCFV são divididos em grupos a partir de faixas etárias, considerando as especificidades dos ciclos de vida. O trabalho nos grupos, bem como as orientações necessárias são planejadas de forma coletiva, contando com a participação ativa do Pedagogo, que é o técnico de referência, dos educadores e sua atuação vem de encontro com a Resolução nº269, de 13 de dezembro de 2006, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS no qual compõem obrigatoriamente as equipes de referência no SCFV juntamente com profissionais do Serviço Social, Psicologia e Educadores. Partimos na questão da vivência social e coletiva, onde os grupos se distinguem entre si, porém com a identidade no contexto socioeducativo em âmbito a desenvolver questões e discutir temas com várias vertentes, além do estabelecimento de regras e combinados em grupo, que se estabelecem como orientações reflexões pertencentes ao grupo estabelecido, que podem ser de diversas formas como: faixa etária, gênero, homogêneo e até mesmo intergeracional. Sempre com a diretriz que contextualiza o Passo 1 das Estratégias Metodológicas: Aprender a ser e conviver e Passo 3: Convivência social e familiar em relação a convivência social e o fortalecimento de vínculos. As orientações grupais ocorrem através das atividades: Roda de Conversa, Atividades Socioeducativas e Grupos de convivência.
Periodicidade	Diária
Meta	As orientações grupais acontecem para as 510 crianças, adolescentes e famílias através das rodas de conversa diária, atividades socioeducativas e grupos de convivência.
Avaliação	A avaliação envolve a participação das crianças, adolescentes, adultos,

	idosos e famílias e como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.
--	---

Atividade 8	Atividades grupais de convívio
Descrição	No SCFV realizamos Grupos de Convivência, no qual ofertamos para as famílias e comunidades com o objetivo de prevenir as situações de risco social, fortalecer a convivência familiar e comunitária, assegurar o direito à convivência familiar e comunitária, prevenir a institucionalização e a segregação de pessoas vulneráveis, promover acessos a benefícios e serviços socioassistenciais, fortalecer a rede de proteção social nos territórios, promover acesso às demais políticas públicas, como educação e saúde, fazer com que os participantes reconheçam seus direitos e a importância de sua participação cidadã, possibilitar acesso à cultura, esporte, lazer e manifestações artísticas, e propiciar trocas de experiências intergeracionais, fortalecendo o respeito e a empatia entre todos conforme objetivos do SCFV conforme Resolução CNAS nº 01/2013. De acordo com o Passo 3 das Estratégias Metodológicas: Convivência social e familiar: Procuramos através da realidade do território, desenvolver atividades que estimulem e fortaleçam os vínculos com a realização de Grupos de Convivência com os participantes do CCIL.
Periodicidade	Semanal
Meta	Realização de Grupos de Convivência para 510 participantes do CCIL e famílias. O registro da participação nas atividades coletivas no SIGM é um indicador de verificação da meta.
Avaliação	A avaliação envolve a participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias e como meios de verificação utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.

Atividade 9	Atividades socioeducativas sobre direitos humanos, sociais e socioassistenciais e diversidade cultural.
Descrição	As atividades socioeducativas fazem parte do processo metodológico da instituição que está presente no Passo 4 - Ações de Participação: Eventos, atividades culturais, comunitárias, participação em mobilizações (Caminhada e Sarau) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário. Durante todo o processo de trabalho, através de todas as atividades, as crianças, adolescentes e seus familiares são estimulados a participarem de espaços coletivos, comissões, fóruns do município garantindo o acesso a direitos humanos, sociais e socioassistenciais. Também será promovido junto com as crianças e adolescentes e seus familiares festivais de música, dança, capoeira, esportivo onde será apresentado e potencializado todos os conhecimentos adquiridos durante o ano. Esses espaços são utilizados e garantidos para fortalecer o vínculo familiar e comunitário e socializar as potências do território, além de propiciar o acesso a atividades culturais.
Periodicidade	Diária
Meta	Atividades socioeducativas para 510 participantes do CCII
Avaliação	O processo de avaliação das atividades socioeducativas citados acima serão realizados diariamente utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita a cada ação realizada.

Atividade 10	Atividades socioeducativas sobre ética, cultura e cidadania e fortalecimento do protagonismo social.
Descrição	As atividades socioeducativas fazem parte do processo metodológico da instituição e está presente no Passo 2 - Aprender a ser e conviver. Onde

	o desenvolvimento das atividades de: Música/ Percussão (Estimula o processo criativo de letras e músicas com temas desenvolvidos e vivenciados pelas crianças e adolescentes trazendo a realidade social em forma poética afluindo sua criatividade; Incentiva a autonomia, desenvolvem percepções, coordenação motora e a diversidade de repertório através de práticas musicais com ou sem o uso de instrumentos; Através do movimento educacional/artístico, destacar características culturais que possibilitem um sentimento de pertencimento); Atividades físicas, tais como: Dança, Esportes e Capoeira (Atividades físicas em diferentes modalidades, que estimula o aprimoramento da coordenação motora, com abordagens dinâmicas e recreativas, que oportuniza reflexões acerca do respeito às diferenças, visando a melhora da qualidade de vida, o bem estar físico, social e emocional dos indivíduos; Possibilita o movimento corporal, desenvolvendo a psicomotricidade da criança, e fortalecimento da identidade); Informática e Multimídias (Atividade que estimula a coordenação motora, a criatividade, o cognitivo, o desenvolvimento de habilidades artísticas, habilidade textual, uso consciente da internet e suas aplicações e a prática de formulação de novas ideias; Discutir e apresentar novas possibilidades em relação ao mundo do trabalho, com a construção, cadastro e encaminhamento de currículos em sites e empresas; atividade se apresenta com a proposta de integrar a criança e o adolescente no universo digital de maneira propositiva, onde se é capaz de ir além das redes sociais e jogos digitais); Artes Urbana e/ou Visuais (Atividade que possibilita a criação individual e do grupo, despertando e fortalecendo as habilidades; fortalece as relações sócios comunitárias, e a valorização da arte na comunidade, assim como a identidade e o sentimento de pertencimento do espaço vivido); (Jogos e brincadeiras / Espaço criança / Brincar (Possibilita às crianças e adolescentes o explorar do universo lúdico de forma propositiva, através do brincar, estimulando o imaginário, a criatividade, a socialização, a partir
--	--

	de jogos e brincadeiras que se estabelecem diante de regras de convivência e de atuação, subsídio e parâmetros de ações capazes de lidar com o conflito de forma inteligente. Estimulando a inteligência emocional da criança, a brincadeira favorece uma ocasião educativa, de orientação, estímulos, regras, resoluções de conflitos, vivências, trocas, experiências e compartilhamentos, tendo em vista, que a brincadeira livre ou articulada, desenvolve competências para um bom relacionamento); Artes Manuais (Desenvolvimento de habilidades manuais, incentivando o hábito de criar, trabalhando a concentração, auto estima, construção a partir de histórias, bem como estimulando a imaginação e o trabalho coletivo); Culinária (A atividade propicia o descobrimento da origem dos alimentos como forma de aprendizado, estimulando hábitos alimentares saudáveis; Proporciona o reaproveitamento dos alimentos, conhecimento, higienização, apreciação da arte de culinária, incentivo a leitura e escrita através das receitas, bem como o trabalho através de conceitos da prática de cozinhas e questões de gênero); Espaço Mulher (Promove um espaço de reflexão em relação às questões do próprio corpo, da valorização e empoderamento da mulher em relação à violência de gênero; propicia o aprimoramento do bem estar pessoal e no que diz respeito à saúde, fortalecendo a autoimagem e autoestima, desenvolvendo autonomia e cuidado de si mesmo). Vínculos Afetivos (Construção coletiva de formas de comunicação não-violenta, somando a compreensão das experiências apresentadas pelos usuários; fortalece a capacidade protetiva da família, considerando os potenciais existentes e as dificuldades, prevenindo maus tratos contra a criança e adolescentes). As atividades são identificadas a partir da realidade do território, são utilizadas como meio para garantir o acesso das crianças e adolescentes a informações relacionadas à ética, cultura, cidadania, fortalecimento do protagonismo social e fortalecimento dos vínculos comunitários e
--	---

	familiares.
Periodicidade	Diária
Meta	Atividades socioeducativas para 510 participantes do CCII
Avaliação	O processo de avaliação das atividades socioeducativas citados acima serão realizados diariamente utilizando os indicadores de presença, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente.

Atividade 11	Informação e comunicação sobre os direitos e formas para o seu acesso e reclamação
Descrição	Conforme o Caderno de Orientações do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, o desenvolvimento de ações, em tal serviço da Proteção Social Básica, que promovam o acesso à população atendida informações sobre seus direitos e as formas de acesso aos mesmos são essenciais para se garantir o “caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação de direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades dos participantes, com vistas ao alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento das vulnerabilidades sociais” (Perguntas Frequentes: Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, pág. 8) O Projeto Gente Nova – Progen, tendo como diretriz os documentos acima citado e garantido em sua metodologia, a partir do Passo 1 – Aprender a ser Conviver; Passo 3 – Convivência Social e Familiar e Passo 4 – Ações de Participação: Atividades culturais, sociais, artísticas, lúdicas, esportivas, comunitárias, participação em mobilizações (cortejos e saraus) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do usuário; desenvolverá, no SCFV - CCII junto ao público atendido e comunidade, ações que garantem a informação, tanto sobre os direitos, quanto sobre as formas para acesso a esses direitos; além de

	apresentar os meios que tal público poderá buscar/reclamar/solicitar caso esse acesso não seja garantido ou se tal acesso e atendimento não forem realizados de forma adequada e qualificada. As ações serão realizadas levando em consideração a faixa etária de cada grupo, visando, um maior entendimento de tais informações, estimulando, assim, o desenvolvimento do protagonismo e de competências para compreensão crítica da realidade; da autonomia e da participação da vida pública do território e município que residem. Sendo as ações à serem desenvolvidas: rodas de conversa, grupos de convivência, grupos de reflexão, atendimentos individuais e com grupo familiar; e grupo sociocomunitário. Referência: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME.PERGUNTAS FREQUENTES Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Página 8. 2015
Periodicidade	Diária.
Meta	Acesso para todos os participantes do serviço e famílias sobre os seus direitos e as formas para o acesso e reclamação.
Avaliação	A avaliação é feita de forma quantitativa de acordo com o número de pessoas que passam a participar do controle social, acessando os meios de reclamação e também pelo número de acesso aos direitos, essas informações são recebidas através dos atendimentos presenciais, telefônicos e e-mail.

Atividade 12	Desenvolvimento de atividades e articulações junto a políticas públicas para ampliação da independência e autonomia de pessoas com deficiência e de suas famílias
Descrição	Um dos objetivos do SCFV é “Prevenir a institucionalização e a segregação de crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e

	comunitária” (Página 11), de acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009), portanto pessoas com deficiência fazem parte do público prioritário, devendo estar incluída em atividades desenvolvidas em seu território, fortalecendo e ampliando o acesso aos seus direitos, como determina a LBI - Lei Brasileira de Inclusão, no CAPÍTULO VII, DO DIREITO À ASSISTÊNCIA SOCIAL, Art. 39. Os serviços, os programas, os projetos e os benefícios no âmbito da política pública de assistência social à pessoa com deficiência e sua família têm como objetivo a garantia da segurança de renda, da acolhida, da habilitação e da reabilitação, do desenvolvimento da autonomia e da convivência familiar e comunitária, para a promoção do acesso a direitos e da plena participação social. Por sua vez, na Resolução CNAS nº 34/2011, o art. 4º, § 2º, afirma que a habilitação e reabilitação na assistência social se realiza por meio de programas, projetos, benefícios e pela oferta dos serviços socioassistenciais tipificados, entre os quais está o SCFV. As atividades desenvolvidas devem ser definidas e planejadas de acordo com a demanda, interesse e necessidade dos participantes e do território, respeitando suas limitações, Passo 2 das Estratégias Metodológicas: Aprender a fazer e a conviver ; essas atividades de interação e convívio, possibilita aos participantes uma relação igualitária e de descoberta de novas potencialidades. O contato com esse público e o grupo familiar, deve ser feito de maneira acolhedora, estando claro para a equipe do serviço de atendimento que eles trazem consigo histórias de exclusão e discriminação, cabendo a cada profissional estar disponível para promover a transformação e a inclusão que necessitam, como determina as leis acima citadas. Os riscos sociais são comuns a todos. Porém, quanto menor a capacidade de enfrentamento, maior a probabilidade de que a pessoa, em especial a com deficiência, vivencie situações de violação de direitos. As
--	---

	situações de extrema pobreza, o convívio em ambientes sem acessibilidade, a falta de assistência em saúde, a baixa escolaridade e a ausência de cuidados, ampliam as situações de dependência, dificultam a autonomia e a participação social das pessoas com deficiência. A exclusão social é resultado de segregação e negligência, que impede que os indivíduos tenham participação em espaços de decisões e garantia de direitos. Portanto o processo de inclusão social deve ir além do território em que as pessoas com deficiências estão inseridas, através do desenvolvimento de atividades de reflexão, orientação e conhecimento de seus direitos; essa Organização da Sociedade Civil tem como prática o incentivo a participação em Fóruns, Conselhos, Conferência, e possibilitando ao participante e ao grupo familiar espaço de participação. Vale ressaltar que para que essa participação se efetive, é necessário que a OSC se articule com a rede de serviços do município, como citado no Passo6 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidades e rede de serviços, definindo estratégias coletivas para diminuição das violações de direitos.
Periodicidade	Diária
Meta	Ampliar a oferta de atividades inclusivas e promover articulações junto às políticas que ampliem da independência e autonomia das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.
Avaliação	Ampliar a oferta de atividades inclusivas e promover articulações junto às políticas que ampliem da independência e autonomia das pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida.

Atividade 13	Atividades de inclusão à vida comunitária e a participação social
Descrição	As atividades de inclusão à vida comunitária e a participação de pessoas com deficiência acontecem em conformidade com o caderno de perguntas e respostas do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), que garante a prevenção da institucionalização e a segregação de

	crianças, adolescentes, jovens e idosos, em especial, das pessoas com deficiência, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária; esse processo acontece através de atividades diárias de socialização e culturais, onde o sujeito pode optar em qual atividade irá participar conforme seu interesse em conviver e desenvolver-se. Cabe a equipe da Organização da Sociedade Civil, realizar junto ao indivíduo, responsável legal, família e rede de atendimento, a discussão de caso da pessoa e deficiência identificada para melhor aproveitamento das atividades propostas. As atividades de inclusão e atendimento se baseiam no caderno de perguntas e respostas do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos que diz: “considera-se público prioritário aqueles sujeitos que, em função da deficiência, vivenciam situação de vulnerabilidade”, além do artigo primeiro da Convenção de Direitos de pessoas com deficiência que orienta: “Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Desenvolve-se então uma metodologia que alcance a inclusão plena com o grupo de crianças, adolescentes, jovens, adulta e idosa, a fim de garantir o envolvimento nas atividades, objetivando o fortalecimento de vínculos com a comunidade e acesso às atividades que proporcionem acessos de direito como o lazer, esportes, cultura e arte, conforme desejado e apontado pelo indivíduo. O processo da inclusão e realização de atividades com esse público também se pauta na Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 buscando a garantia de acessibilidade, utilização com segurança e autonomia dos espaços ofertados pela OSC, possibilitando assim através de metodologias, estratégias e práticas a autonomia, independência, qualidade de vida e
--	--

	inclusão social. O Progen através das atividades diárias que oferta, proporciona ao indivíduo o envolvimento comunitário nas rodas de conversa que são realizadas com membros da comunidade a fim de garantir o processo de fala e escuta dos participantes, além de atividades que são desenvolvidas nos espaços públicos da comunidade como quadras, campos e praças.
Periodicidade	Diária
Meta	Oferta de atividades de inclusão à vida comunitária e a participação social das pessoas com deficiência.
Avaliação	As avaliações com os participantes acontecem a partir das atualizações dos prontuários, relatórios e acompanhamentos pedagógicos, além do acompanhamento de presença, participação nas atividades baseados no objetivo geral e específico do plano de trabalho. Além de reuniões mensais com os responsáveis, e avaliação anual através de instrumental da OSC, onde famílias e participantes apontam avanços ou questões a serem melhoradas pelo serviço.

Atividade 14	Encaminhamentos para a rede Socioassistencial.
Descrição	Os profissionais atuantes no SCFV, entre suas funções têm a articulação dos setores que permitem a viabilização dos direitos, ou seja, encaminhamentos para a rede socioassistencial. Deste modo é necessário que o profissional entenda a dinamicidade desta rede para que além de encaminhar os participantes para acesso a bens e serviços, possa visualizar a realidade vivenciada por ela e fortalecer esta rede de proteção com estratégias coletivas para a diminuição de ocorrências de riscos sociais e seus agravamentos. A partir do momento que são identificadas, por meio do atendimento, acolhimento ou durante as rodas situações as quais necessitem intervenções/atendimento/abrigamento/referenciamento de

	outros serviços da rede socioassistencial a equipe técnica entra em contato com o serviço para agendamento/encaminhamento, sempre em diálogo com a(o) usuária(o) para consultá-la(o) sobre as possibilidades, informando desde a localização do serviço onde esta(e) será atendido até a função do mesmo, assim como porquê há a necessidade do encaminhamento e o convencimento da importância da aderência para que enquanto rede possamos pensar o desenvolvimento integral dos sujeitos e a resolução mais efetiva das problemáticas vivenciadas. Sendo um serviço de proteção básica, comumente os indicadores para encaminhamentos neste caso são isolamento, risco pessoal e social, violências sistemáticas (doméstica, urbana, física, sexual, patrimonial, moral e/ou psicológica), pobreza, trabalho infantil, entre outros. Avaliando sempre cada caso e qual a responsabilidade do serviço prestado na unidade e aquele para qual foi feito o encaminhamento. Em grande parte destes encaminhamentos a escrita e envio de relatórios é fundamental. Também se faz necessário o acompanhamento destes encaminhamentos com os usuários e com o serviço referenciado. Tal ação faz parte do Passo 6 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.
Periodicidade	Sem periodicidade definida.
Meta	510 participantes do CCII
Avaliação	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através de contato telefônico e contra-referenciamento.

Atividade 15	Encaminhamentos para serviços de políticas públicas
Descrição	Diante das vulnerabilidades e violações de direitos, o trabalho do SCFV é de direcionar as demandas e encaminhá-las para os equipamentos públicos responsáveis. Seja qual for a demanda: educação, saúde, moradia e etc. A importância de fortalecer o participante na construção e consolidação da

	autonomia faz-se necessário no trabalho da assistência, propiciando a integração do participante e dos serviços de direitos. Tal ação faz parte do Passo 6 das Estratégias Metodológicas - Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços. A partir do momento que são identificadas, por meio do atendimento, acolhimento ou durante as rodas situações as quais necessitem intervenções/atendimento/referenciamento de outros serviços como saúde, educação, justiça, entre outros, a equipe técnica entra em contato com o serviço para agendamento/encaminhamento, sempre em diálogo com a(o) usuária(o) para consultá-la(o) sobre as possibilidades, informando desde a localização do serviço onde esta(e) será atendido até a função do mesmo, assim como porquê há a necessidade do encaminhamento e o convencimento da importância da aderência para que enquanto rede possamos pensar o desenvolvimento integral dos sujeitos e a resolução mais efetiva das problemáticas vivenciadas. Por vezes, é necessária a discussão de caso antes do encaminhamento, tendo em vista a melhor inserção do usuário e compreensão da dinâmica do serviço no qual pretendemos referenciá-lo. Não só em caso de riscos pessoais e sociais são feitos estes encaminhamentos, mas quando objetiva-se potencializar dimensões pessoais, familiares e sociais, como em demandas de qualificação para o trabalho, de prevenção de violações e de desenvolver habilidades para a vida.
Periodicidade	Sem periodicidade definida.
Meta	Encaminhamentos para serviços de políticas públicas aos 540 participantes do CCII.
Avaliação	Articulação com a rede socioassistencial e Sistema de Garantia de Direitos, retorno dos encaminhamentos pela rede e através dos participantes do CCII.
Atividade 16	Mobilização e articulação da rede Socioassistencial.

Descrição	Para o desenvolvimento e alcance dos objetivos propostos é de suma importância o trabalho em rede. Formar uma rede de proteção que integre as políticas públicas de direitos, DAS/CREAS e serviços da comunidade tecendo um processo de educação integrado para concretizar o Plano de Trabalho, fortalecendo a rede de proteção, com estratégias coletivas para a diminuição da ocorrência de riscos sociais, seus agravamentos e reincidência. De acordo com o Passo 6 das Estratégias Metodológicas: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços. Esta atividade se desenvolverá através de reuniões com a rede de proteção do micro território para discussões de casos, participações em reuniões no CMAS/CMDCA, com escolas, DAS/CRAS/CREAS, articulação com a rede e Sistema de Garantia de Direitos. Vinculação dos participantes no SIGM.. Da mesma forma ocorre a fomentação e a mobilização em diversos passos, para participação em Fóruns como ocorreu com a pré-preparação e a participação das(os) usuários na Conferência Municipal da Assistência Social. Visa-se também a participação nos Grupos de Trabalho da Rede Socioassistencial como Interproteções e Reordenamento do SCFV.
Periodicidade	Quinzenal
Meta	Participação da rede socioassistencial de atuação.
Avaliação	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através de contato telefônico e contra-referenciamento.

Atividade 17	Mobilização e fortalecimento de redes de apoio
Descrição	O ser humano nasce e vive em uma rede de relações representada por: família, escola, comunidade, trabalho, dentre outras. Nestes ambientes as pessoas desenvolvem-se e conquistam uma diversidade de lugares de interação social. As relações entre pessoas e ambientes oferecem possibilidades de apoio nos momentos de crise ou mudança e podem criar

	oportunidades de desenvolvimento humano através da qualidade dos meios de subsistência, possibilidades de emprego, estudo, amizades, lazer, relações de suporte e de afeto. Desta forma o trabalho visa fortalecer a rede de apoio do público atendido por compreendermos que uma rede fortalecida favorece na diminuição dos riscos sociais, seus agravamentos e possíveis reincidências. Para a efetivação da mobilização e fortalecimento das redes de apoio são desenvolvidas atividades como saraus, rodas de conversa, ações na comunidade, criadas e efetivadas em conjunto com as escolas estaduais e municipais do bairro, com outras OSCs com o centro de saúde regionalizado e Casas de Cultura. Da mesma forma ocorre a fomentação e a mobilização em diversos passos, para participação em Fóruns como ocorreu com a pré-preparação e a participação das(os) usuários na Conferência Municipal da Assistência Social. Visa-se também a participação nos Grupos de Trabalho da Rede Socioassistencial como Interpreções e Reordenamento do SCFV. Esta atividade também faz parte do Passo 6 das Estratégias Metodológicas do Progen: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços.
Periodicidade	Sem periodicidade definida.
Meta	Mobilizar para fortalecer a rede de apoio das demandas apresentadas pelos 540 participantes do CCII
Avaliação	A avaliação será realizada através da efetivação do acesso da família a rede referenciada, através de contato telefônico e contra-referenciamento.

Atividade 18	Participação em mobilizações sociais para a cidadania
Descrição	De acordo com o Passo 4 das estratégias metodológicas do Progen: Ações de Participação: Eventos, atividades culturais e comunitárias,

	participação em mobilizações (cortejos) e grupos de reflexão que tenham como foco estimular e fortalecer a participação do participantes. Esta atividade tem como objetivo ampliar o repertório através de atividades culturais, proporcionando espaços de convivência e fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais. Bem como possibilitar a reflexão sobre inter relação pessoal, comunitária e social. Ampliando a capacidade de convivência, estimulando novas lideranças e ações sociais. Esta atividade está contida na ação conjunta de mobilização social para a cidadania com os serviços da assistência social, saúde, educação e cultura para enfrentamento ao abuso e à exploração sexual infantil e na fomentação e mobilização em diversos passos desenvolvida para participação dos usuários em Fóruns como ocorreu com a pré-preparação e o envolvimento ativo na Conferência Municipal da Assistência Social.
Periodicidade	Mensal
Meta	Estímulo à participação em mobilizações sociais do território.
Avaliação	Este processo envolve a participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos através do planejamento das ações, presença e formação de lideranças, utilizando os indicadores de frequência, permanência no grupo, interesse, participação e com avaliações qualitativas que serão aplicadas de forma escrita anualmente. Em rodas de conversas, encontros com o grupo familiar, espaços direcionados para que depositem sugestões e críticas. Mensalmente são realizadas avaliações com os usuários sobre os temas das rodas de conversas e atividades desenvolvidas no mês anterior, quando são coletadas sugestões, críticas para subsidiar o planejamento do mês subsequente. Além disso, estas informações também são coletadas por meio de atendimentos, acolhimentos, atividades em grupo como reuniões, encontros e assembléias. Ainda há a aplicação do instrumental de avaliação anual de todos os setores de funcionamento do serviço, bem como a atuação dos profissionais. Os resultados são analisados, estruturados em um relatório quantitativo e qualitativo, discutido em equipe, devolvido para

	o coletivo e utilizados para o planejamento anual.
--	--

Atividade 19	Conhecimento e inserção no território
Descrição	A partir da organização do SUAS, entendemos a base de ação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004) como territorial. A importância dessa atuação está em consonância com o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, já que pensar território é, necessariamente, pensar nos processos de vivenciar aquilo que é comum. Uma vez que, segundo Montero (2004), compartilhar o mesmo espaço não necessariamente desenvolve a comunidade no sentido de partilha, é nessa direção que pensamos nossa atuação no território: ocupando aquilo que é de espaço público, entendendo a importância de se fazer valer a identidade local. Assim, é através da oferta de atividades que consideram a rua como elemento fundamental que pensamos o cotidiano do CCII. Seja em roda de conversa ou atividades de habilidades específicas, entende-se que a ocupação dos espaços é eixo norteador, já que nos utilizamos os espaços públicos do micro território para desenvolvimentos de atividades. Além disso, utiliza-se da articulação em rede para o diálogo e ocupação das escolas e outros ambientes em conjunto da rede de proteção, pois entendemos essa troca como elemento central de ação efetiva. Para além das questões micro territoriais, também há de se fazer necessário a ocupação do território no que se refere ao direito à cidade. A promoção do direito à cidade é garantida em documentos oficiais da ONU (2008), quando afirma ser uma condição básica de moradia digna. Para tanto, como prática de efetivação de um direito garantido, organizamos, por meio de parcerias, a vivência para as crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos em lugares ao longo da cidade que, além de possibilitar a ampliação de cultura a partir da participação nesses espaços, também proporciona que a cidade seja uma cidade que educa a partir do acesso.

	Atividades externas são as principais ferramentas utilizadas nesse execução. Por fim, partindo do princípio da luta por direitos, entende-se como de extrema importância que nesse conhecimento e ocupação do território, também se concretiza os espaços adequados para enfrentamentos como Conferências, Conselhos, Fóruns e todas as instâncias onde se faz essencial a presença daqueles que de fato são participantes e usuárias dessa política. Promover essa participação através de rodas de conversa e de todo o dia a dia do Serviço é dever de nossas ações enquanto proposta de enfrentamento da realidade. Entender o território é enxergar o cotidiano de vida das pessoas para que se possa pensar em uma política que facilite esse processo, uma vez que falar de onde se ocupa é compreender as vulnerabilidades ou potencialidades que surgem a partir de um determinado contexto. Referências Brasil. Política Nacional de Assistência Social (2004). Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília. Montero, Maritza. Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos. Editorial Paidós, v. 1, p. 5-144. Buenos Aires, 2004. Organização das Nações Unidas (2008). Promoção de todos os direitos humanos, civis, políticos, econômicos, sociais e culturais, incluindo o direito ao desenvolvimento.
Periodicidade	Sem periodicidade definida
Meta	Conhecer e articular, desenvolver ações no território envolvendo a participação dos 510 participantes do CCII.

Avaliação	A avaliação se dá a partir da participação das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos no cotidiano do CCII, bem como momentos de roda de conversa para a identificação das demandas e direcionamentos de propostas dos participantes e usuárias. Ainda, contamos com instrumentais que possibilitam que sugestões e críticas sejam manifestas em relação à presente questão.
-----------	--

Atividade 20	Conhecimento e mapeamento de redes socioassistenciais
Descrição	O processo de trabalho no território se dará com maior efetividade a partir do reconhecimento e mapeamento dos equipamentos socioassistenciais dentro do raio de atendimento de cada unidade executora, pois facilitará o encaminhamento e trabalho em conjunto com a finalidade do alcance das necessidades do território. O mapeamento dos equipamentos dar-se-á por meio da utilização de programas de georreferenciamento (SIG) já existentes (MOPS – Ministério da Cidadania, Mapa de Serviços – PMC) e por sistemas próprios e manipuláveis como o Google Earth Pro e Google Maps, baseado a partir de banco de dados oficiais (PMC, IBGE, dentre outros). Para além do processo de mapeamento é fundamental o conhecimento da rede socioassistencial para a execução dos serviços e participação efetiva na rede intersetorial macro noroeste.
Periodicidade	Semestral.
Meta	Mapeamento de 100% dos equipamentos da rede socioassistencial dentro do micro território de atuação da unidade executora.
Avaliação	A avaliação se dará pelo encaminhamento de demandas identificadas aos equipamentos que compõem a rede socioassistencial a partir do conhecimento e mapeamento dos mesmos. Além da atualização semestral do mesmo.

Atividade 21	Conhecimento e mapeamento de redes intersetoriais
Descrição	Dentre vários conceitos, Inojosa (2001), compreende a intersectorialidade como “a articulação de saberes e experiências com vistas ao planejamento, para a realização e a avaliação de políticas, programas e projetos, com o objetivo de alcançar resultados sinérgicos em situações complexas”. Não obstante a este conceito, a materialização dessa articulação, dará por meio do encontro e discussões em grupos com a rede de atendimento Intersectorial das diversas políticas sociais de determinado território. O mapeamento do mesmo será de forma articulada com o Distrito de Assistência Social, devido ao fato de não estarmos no território de abrangência de um CRAS, e com a articulação de potenciais participantes de outras políticas públicas existentes no território, tendo em vista que este território ainda não se está estabelecida uma Rede Intersectorial. Referência: Inojosa, R. M. Sinergia em políticas e serviços públicos: desenvolvimento social com intersectorialidade. <i>Cadernos FUNDAP</i> 2001; 22:102-110.
Periodicidade	Semestral.
Meta	Participação como membro representativo da Rede Intersectorial a ser construída no territorial de atuação.
Avaliação	A avaliação se dará por meio da constituição da Rede Intersectorial e de sua participação.

Atividade 22	Inserção e participação na articulação de redes intersetoriais
Descrição	Participamos na articulação com as redes intersectoriais do território e micros territórios pois é de extrema importância a articulação em rede no enfrentamento a violência contra a crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos, sabendo que uma articulação completa e conectada com todos os serviços garante a proteção integral às famílias que estão em situação de

	vulnerabilidade, devido a situações de violência física, sexual, psicológica e/ou negligência. Destacamos que tal ação vai de encontro ao Passo 6 das Estratégias Metodológicas do Progen: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços, visando integrar as políticas públicas de direitos, fortalecendo a rede de proteção com estratégias coletivas para diminuição de riscos sociais, seus agravamentos e reincidência.
Periodicidade	Quinzenal
Meta	Participação e articulação nas redes intersetoriais do território e micro território
Avaliação	A avaliação ocorre através da participação da equipe nos encontros intersetoriais, envolvimento e mobilização dos participantes e famílias no território e micro território.

Atividade 23	Notificações de situação de violação de direitos
Descrição	A notificação é o primeiro passo em direção ao rompimento do ciclo de violência, nas quais, crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos estão submetidos (Arpini, 2008). Segundo Sêda (1997), notificar é dar a alguém o comunicado; encaminhar um ato praticado que gera consequências jurídicas legais. Quando a notificação é realizada – e sustentada – a busca é pela resolução do problema vivido através de encaminhamentos, de forma que a sustentação dessa ação se dá através dos procedimentos envolvidos referentes ao como encaminhar, onde e para quê (Cadernos de Saúde Pública, 2008). A realização das notificações no SISNOV, se faz de suma importância, pois é uma das formas de contribuir para interromper o ciclo das violências, tal ação será realizada através do registro da notificação por meio eletrônico, que gerará informações e indicadores. Tais indicadores contribuem no desenvolvimento de políticas específicas que reduzam os

	riscos e danos associados a estes tipos de violência. Outro Órgão de Notificação é o Conselho Tutelar, que nos casos de suspeita ou confirmação de violação de direitos da criança e/ou adolescente, é obrigatório sua notificação, contamos também com o Canal de Notificação do disque 100. Esta ação se encontra no Passo 6 das estratégias metodológicas do Progen: Trabalho de educação integrada e em rede com a comunidade e rede de serviços. Formar uma rede de proteção que integre as políticas públicas de direito. Referência: Arpini, D. M.; Tanure, B.; Soares, E. O. C. A. (2008). A revelação e a notificação das situações de violência contra a infância e a adolescência. <i>Psicol. rev. (Belo Horizonte)</i>, Belo Horizonte, v. 14, n. 2, p. 95-111. Sêda, E. (1997). <i>XYZ do Conselho Tutelar</i>. São Paulo: IMESP. Cadernos de Saúde Pública, v.24, n.2, p.323-332, 2008. Retirado em 21 de outubro de 2016 de http://www.producao.usp.br/handle/BDPI/6635.
Periodicidade	Sem periodicidade definida.
Meta	Notificar as situações de violação de direitos apresentas no serviço de todos os casos identificados pela equipe.
Avaliação	A avaliação das notificações das situações de violência, acontece conforme vamos tendo retorno do rompimento e/ou diminuição das situações de violações de direitos, outro meio de avaliação é partir de instrumentais utilizados por esta OSC para realizar o acompanhamento das ações dos profissionais deste Serviço.
Atividade 24	Atividades de identificação de pessoas em situação de privação, desproteção e violação de direitos.

Descrição	Tal atividade ocorre diariamente através das ações de acolhida diária, atividades em grupos, atividades socioeducativas, uma vez que o SCFV é, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, um serviço realizado com grupos, organizado de modo a prevenir as situações de risco social. No Sistema Único de Assistência Social temos como diretriz a Matricialidade Sociofamiliar que se refere à centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade de todas as ações e serviços da política de assistência social. Desta forma, podemos destacar em nossas ações o Passo 3: Convivência social e familiar : Visando o acompanhamento de famílias, através de atendimentos individuais e grupais, visita domiciliares, escuta qualificada, observando as demandas trazidas em atividades e ações comunitárias, identificando situações de privações, desproteção e violação de direitos para encaminhamentos a rede de proteção.
Periodicidade	Diária
Meta	Identificar as situações prioritárias em relação aos dos 510 participantes do CCII.
Avaliação	A avaliação se dará à partir da escuta qualificada, dos relatos, relatórios, prontuários e lista de presença e participação nas atividades.

Atividade 25	Atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária ou outras atividades relacionadas à promoção da integração ao mundo do trabalho
Descrição	As atividades relacionadas à geração de trabalho e renda, economia solidária ou outras atividades relacionadas a promoção da integração ao mundo do trabalho, podem ocorrer indiretamente dentro das atividades ofertadas pelos educadores, que tem por finalidade o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Porém, em contrapartida, no decorrer das mesmas os participantes podem descobrir/despertar habilidades nas

	quais possam criar formas de geração de renda. Para além das atividades desenvolvidas na OSC, contamos com parcerias como: Centro Tecnológico a Informação, CEPROCAMP e outros, cujo o objetivo é ofertar cursos e ações visando a inserção no mercado de trabalho e/ou geração de renda. Conforme o 5º passo das estratégias metodológicas, além destas ações também é trabalhado com o público de adolescentes no que se refere a orientação para Projeto de Vida nas atividades desenvolvidas pelo Progen ou por parcerias. Oportunidade do adolescente e jovem rever e sintetizar os conhecimentos e valores adquiridos ao longo de todo processo socioeducativo. Para esta ação o Progen conta com a parceria do Instituto EPTV e Empresa Programmer's.
Periodicidade	Diária.
Meta	Adolescentes da faixa etárias de 15 a 24 anos atendidos no CCII.
Avaliação	A avaliação é contínua durante o ano, momento este que é possível rever se a metodologia aplicada está atingindo os objetivos, para tanto serão utilizados as listas de presença das atividades, avaliando o número de participantes que frequentam, observando a dinâmica de participações, inclusão e desligamento das atividades. Ao término, será realizada a avaliação com os participantes sobre a atividade desenvolvida no dia. Além das avaliações diárias a OSC também aplica avaliação anual aos participantes, os quais avaliam tanto as atividades desenvolvidas pelo Progen como em conjunto com às parcerias.

Atividade 26	Outras atividades (especificar)
Descrição	Formação continuada para equipes: Possui intuito de qualificar as equipes de trabalho e discutir questões fundamentais para o atendimento e acompanhamento das crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos e

	famílias dos territórios. Definem-se em encontros temáticos de acordo com as demandas apresentadas no cotidiano, para compartilhar experiências, dividir conhecimentos e pensar sobre questões fundamentais do trabalho na Proteção Social Básica e estratégias de atuação, refletindo num atendimento ético e de qualidade para os participantes do CCII e suas famílias. Supervisão: A supervisão profissional é um processo de intervenção trazendo conhecimentos, teorias, metodologias, ações, resultados, através da ética e do crescimento profissional. No CCII é de extrema importância tal ação, uma vez que a equipe multidisciplinar atua com diferentes faixas etárias e com questões de vulnerabilidades. Planejamento das atividades socioeducativas: Atividade mensal, realizada com a participação de toda equipe envolvendo a participação dos adolescentes, adultos e idosos, com objetivo de desenvolver atividades estimulando o protagonismo dos participantes do serviço, acesso aos direitos de cidadania e fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Destacamos que através desta ação é possível avaliar as ações e atividades desenvolvidas no CCII.
Periodicidade	Quinzenal/Mensal
Meta	Através destas ações, qualificar o trabalho desenvolvido na OSC, bem como a atuação das equipes.
Avaliação	A avaliação ocorrerá através do resultado das ações e atividades desenvolvidas ao longo do ano e o envolvimento dos participantes no processo de execução do CCII.

7. Articulação em rede

(em atenção ao disposto no art. 15, inciso V do Edital)

Identificação do parceiro com o qual manterá articulação (serviços, programas, órgãos, instituições)	Descrição do tipo de articulação (encaminhamento, reunião, atividade conjunta, etc)
Prefeitura Municipal de Campinas / Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos	Parceiro na execução, em regime de mútua cooperação para execução de Serviços de Proteção Social Básica no Município de Campinas.
Fundação FEAC	Parceiro financiador de projetos, capacitação e monitoramento das ações.
CMAS - Conselho Municipal da Assistência Social	Parceria nas reflexões, debates e construção de políticas, participação em Grupo de Trabalho e comissões.
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	Parceria na articulação, reflexão e construção de políticas públicas.
Distrito de Assistência Social - DAS/Noroeste	Reuniões intersetoriais; Discussão de caso; Referenciamento e contrarreferenciamento.
Conselho Tutelar	Parceria / Articulação e estratégia na efetivação, garantia de direitos as crianças e adolescentes.
CREAS Noroeste	Reuniões intersetoriais; Discussão de caso; Referenciamento e contrarreferenciamento.
CAPSi Travessia	Encaminhamentos e discussões de casos de crianças e adolescentes usuárias do serviço, que apresentam transtornos mentais graves e/ou em uso

	de substâncias psicoativas.
Centro de Saúde "Margarida Santos da Silva" (Parque Floresta)	O Centro de Saúde é a Unidade Básica de Saúde, a porta de entrada para início de tratamento através do SUS, destinado à Atenção Básica, destinada a desenvolver ações de prevenção, promoção e recuperação da saúde, respeitando os princípios de integralidade, equidade e universalidade, ampliando a participação e o controle social, através dos Conselhos Locais de Saúde. - Rodas de conversas com a presença das agentes de saúde e enfermagem com temas voltados a prevenção de questões relacionadas à saúde, ao autocuidado e higiene pessoal. -Encaminhamentos para atendimento psicológico, e médico. Encaminhamentos e discussões de casos que necessitam de intervenção da Saúde. Parceria em ações pontuais como empréstimo do espaço do Progen para vacinações e pesagens Bolsa Família.
Pronto Atendimento "Dr. Sérgio Arouca" (PA Campo Grande)	Encaminhamentos de usuários deste serviço em casos de urgência e discussões de caso quando necessário.
Complexo Hospitalar Prefeito Edivaldo Orsi (Complexo Hospitalar Ouro Verde)	Encaminhamentos de usuários deste serviço em casos de urgência e

	discussões de caso quando necessário.
Hospital Municipal Doutor Mario Gatti	Encaminhamentos de usuários deste serviço em casos de urgência e discussões de caso quando necessário.
CAPS Integração	Encaminhamentos e discussões de casos, de usuários com comprometimento referente a saúde mental, orientações para melhor atendimento dos usuários de ambos serviços.
CAPS Antônio Orlando	Encaminhamentos e discussões de casos, de usuários com comprometimento referente a saúde mental, orientações para melhor atendimento dos usuários de ambos serviços.
Mesa Brasil	Doação de alimentos e capacitação das equipes.
Banco de Alimentos / CEASA	Doação de alimentos e acompanhamento com nutricionista.
SANASA	Concessão de benefício tarifário à Organização da Sociedade Civil em cumprimento a Lei Municipal 7577/93.
PUC Campinas/Unicamp	Campo de estágio, parceria no Programa de Extensão das Faculdades de Psicologia, Nutrição e Serviço Social.
Centro de Educação e Assessoria Popular CEDAP	Encaminhamento, discussão de caso e trabalho em rede referente às famílias

	usuárias do Serviço que estão em situação de violência, cujos vínculos não foram rompidos, realizando um trabalho de ressignificação da violência sofrida
Centro Comunitário Da Criança Do Parque Itajaí e Região (Cecompi)	Parceria em ações voltadas à comunidade atendida, como cortejos, eventos entre outras atividades como a finalidade do trabalho de prevenção e acesso à cidadania.
Serviços Socioassistenciais OG e OSC (PSB / PSE. Média e Alta Complexidade)	Referenciamento e contrarreferenciamento; discussão de caso.
Escolas Estaduais	Parceria no acompanhamento das crianças e adolescentes e discussão de caso. Parceria nas ações da comunidade.
Escolas Municipais	Parceria no acompanhamento das crianças e adolescentes e discussão de caso. Parceria nas ações da comunidade.
Administração Regional AR 13	Parceria em eventos, manutenção e conservação dos espaços públicos.
Síndicos dos Condomínios do Jd. Bassoli.	Uso de espaços (salões de festas) para atividades socioeducativas e encontros mensais para discutir demandas dos territórios e planejar ações conjuntas.
Unicamp (ITCP)	Incubadora tecnológica de Cooperativas Populares. A

	cooperativa “Hortas das Margaridas” é um trabalho desenvolvido com mulheres usuárias do Progen desde a criação até a autonomia do coletivo.
Associação de Bairros (Pq. Floresta, Residencial São Bento e Jd. Bassoli)	Encontros para discutir demandas dos territórios e planejar ações conjuntas.
Girassol Caminhos Criativos/ Instituto EPTV	Curso de Comunicação Audiovisual “Projeto COM.VOCÊ”. Promover a educação e cidadania por meio de atividades ligadas à área de comunicação.
Instituto Robert Bosch	Desenvolvimento de ações, projetos culturais de incentivo a cidadania através de atividades culturais no território.
Associação Primavera Alemanha	Parceria para a execução de ações socioculturais, estimulando o protagonismo dos participantes do SCFV no território através das atividades socioeducativas e rodas culturais.
Programers Beyond	Curso de Lógica e Programação. Promove o ensino de qualidade em desenvolvimento de sistemas eletrônicos como sites web e jogos digitais, além das técnicas para desenvolvimento de sistemas para adolescentes.
Instituto Algar	Articulação, treinamento,

	desenvolvimento e capacitação de equipe para ações diretas com participantes do SCFV voltados ao mercado de trabalho e encaminhamento para vagas de emprego.
--	--

8. Recursos Humanos (equipe de referência mínima e outros profissionais que atuam no serviço – se houver)

Nome do profissional	Escolaridade / Formação	Cargo ou função no serviço	Carga horária semanal no serviço	Forma de contratação (CLT, RPA, MEI, Voluntário)
ALANN SCHEFFER	SUPERIOR COMPLETO PSICOLOGIA	COORDENADOR TÉCNICO	18 HORAS	CLT
CLARICE CARLOTA	SUPERIOR COMPLETO PEDAGOGIA	COORDENADORA PROJETOS SOCIAIS	40 HORAS	CLT
ANDRIA P. DO NASCIMENTO	SUPERIOR CURSANDO PUBLICIDAD E E PROPAGANDA	COORDENADOR ADM.	05 HORAS	CLT
LUCAS DAVID FLORENTINO	SUPERIOR COMPLETO PEDAGOGO	PEDAGOGO	20 HORAS	CLT
JULIANA BERNAL LEME	SUPERIOR COMPLETO	PSICÓLOGO	35 HORAS	CLT
ANA PAULA PREVIDE	SUPERIOR COMPLETO SERVIÇO SOCIAL	ASISTENTE SOCIAL	30 HORAS	CLT
GUSTAVO R. DE OLIVEIRA	SUPERIOR COMPLETO SERVIÇO SOCIAL	ASISTENTE SOCIAL	30 HORAS	CLT
KAREN FRAGA CAVALLINI	SUPERIOR COMPLETO ADMINISTRAÇÃO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	40 HORAS	CLT
VICTOR ROLANDO ASTETE CONTRERAS	SUPERIOR COMPLETO LICENCIADO	ARTETERAPEUTA	40 HORAS	CLT

LUIS FERNANDO POMPEU	EM ARTES SUPERIOR COMPLETO COMUNICAÇÃO	AUX. DE COORDENAÇÃO	40 HORAS	CLT
ENDERSON AUGUSTO DOS S. SOARES	CURSANDO TÉCNICO EM LOGÍSTICA	AGENTE DE EDUCADOR	40 HORAS	CLT
DANIEL BARROS FAUSTINO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	EDUCADOR	40 HORAS	CLT
DANIELA JAIRI FELIX	ENSINO MÉDIO COMPLETO	EDUCADOR	40 HORAS	CLT
VITÓRIA KAROLINA DE OLIVEIRA	ENSINO MÉDIO COMPLETO	EDUCADOR	40 HORAS	CLT
ROSELI G. MACHADO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	EDUCADOR	40 HORAS	CLT
ZEILA ROBBI PINTO	ENSINO MÉDIO COMPLETO	EDUCADORA SOCIAL	40 HORAS	CLT
CARLOS EDUARDO R. ALMEIDA	SUPERIOR EDUCAÇÃO FÍSICA	EDUCADOR SOCIAL	40 HORAS	CLT
ROSANA A. DE OLIVEIRA	ENSINO FUNDAMENT AL COMPLETO	AUX. DE COZINHA	40 HORAS	
EDIANE BISPO DOS SANTOS	ENSINO FUNDAMENT AL COMPLETO	AUX. DE COZINHA	40 HORAS	CLT
IVANILDA A. CRUZ	ENSINO FUNDAMENT AL COMPLETO	AUX. DE SERVIÇOS GERAIS	40 HORAS	CLT

Previsão de Receitas Despesas

ESTADUAL

Despesa	Item de Despesa	Quantidade	Valor (R\$)
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO TRANSPORTE	1	40476.44
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	CONVÊNIO MÉDICO	1	46932.73

PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	IMPOSTO DE RENDA	1	8422.34
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	INSS	1	84492.88
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	1	43771.04
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA	1	6600.00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	SERVIÇOS DE ÁGUA E ESGOTO	1	6600.00
SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	TRANSPORTE DE PASSAGEIROS	1	23704.57

Total: R\$ 261.000,00

MUNICIPAL

Despesa	Item de Despesa	Quantidade	Valor (R\$)
FOLHA DE PAGAMENTO	ARTETERAPEUTA	1	35646.80
FOLHA DE PAGAMENTO	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	1	62431.14
FOLHA DE PAGAMENTO	ASSISTENTE SOCIAL	2	73202.12
FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR DE COZINHA	2	33549.58
FOLHA DE PAGAMENTO	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	1	14372.53
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR ADMINISTRATIVO	1	6184.20
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR DE PROJETOS SOCIAIS	1	50451.34
FOLHA DE PAGAMENTO	COORDENADOR TÉCNICO	1	26048.95
FOLHA DE PAGAMENTO	EDUCADOR	4	94283.92

FOLHA DE PAGAMENTO	EDUCADOR SOCIAL	2	58956.43
FOLHA DE PAGAMENTO	PEDAGOGO	1	26472.00
FOLHA DE PAGAMENTO	PSICÓLOGO	1	51619.84
FOLHA DE PAGAMENTO	SOCIOEDUCADOR	1	12872.99
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	1	32657.14
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. A PROVISÃO 13º SALÁRIO	1	55089.67
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	DESPESAS REF. PROVISÃO 1/3 FÉRIAS	1	18363.22
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	FGTS	1	57293.25
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	IMPOSTO DE RENDA	1	18247.64
PESSOAL, ENCARGOS E AUXÍLIOS	SEGURO DE VIDA	1	2334.12

Total: R\$ 730.076,88

Cronograma de desembolso

Parcela	Mês/Ano Previsto	Valor (R\$)	Fonte de Recurso
1	04/2020	21750.00	ESTADUAL
1	04/2020	60839.74	MUNICIPAL
2	05/2020	21750.00	ESTADUAL
2	05/2020	60839.74	MUNICIPAL
3	06/2020	21750.00	ESTADUAL
3	06/2020	60839.74	MUNICIPAL
4	07/2020	21750.00	ESTADUAL
4	07/2020	60839.74	MUNICIPAL
5	08/2020	21750.00	ESTADUAL
5	08/2020	60839.74	MUNICIPAL
6	09/2020	21750.00	ESTADUAL
6	09/2020	60839.74	MUNICIPAL
7	10/2020	21750.00	ESTADUAL
7	10/2020	60839.74	MUNICIPAL

8	11/2020	21750.00	ESTADUAL
8	11/2020	60839.74	MUNICIPAL
9	12/2020	21750.00	ESTADUAL
9	12/2020	60839.74	MUNICIPAL
10	01/2021	21750.00	ESTADUAL
10	01/2021	60839.74	MUNICIPAL
11	02/2021	21750.00	ESTADUAL
11	02/2021	60839.74	MUNICIPAL
12	03/2021	21750.00	ESTADUAL
12	03/2021	60839.74	MUNICIPAL

CAMPINAS, 23 DE JANEIRO DE 2020.


ALANN SCHEFFER OLIVEIRA
COORD. TÉCNICO


SONIA SCHEFFER DE OLIVEIRA
DIRETORA-PRESIDENTE